



Anais da Assembléia

Nº 79

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE AGOSTO DE 1980.

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 78ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 1980
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Augusto Carneiro.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, Joao Elísio, Joao Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Neilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE – (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. SILVESTRE GROCHOSKI, ocorrido no último dia 1º, na Cidade de Campo Largo.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja comunicada a decisão da Casa à família enlutada, na pessoa da Senhora Joana Marcowski Grochoski, à Rua Osvaldo Cruz, 1827, Campo Largo.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1980.

(a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de pesar pelo lamentável acidente ocorrido com um caminhão de trabalhadores rurais, na Cidade de Bela Vista do Paraíso.

Cerca de oito pessoas faleceram, e mais de uma dezena de

feridos, foi o saldo tão lamentável de mais um acidente em que pereceram humildes homens e mulheres que se dedicavam ao trabalho no campo.

As vítimas eram trabalhadores residentes em Bela Vista do Paraíso, e toda a cidade se solidarizou com as famílias duramente castigadas, procurando, de todas as formas, minorar o sofrimento dos desolados familiares. Ressaltamos também, o trabalho cristão e amigo dos poderes municipais, através da dedicação e do empenho do Sr. Prefeito Municipal e dos Srs. Vereadores. Todos se irmanaram num ato de solidariedade muito próprio dos homens de coração bem formado.

Requer ainda, uma vez aprovado, seja dado conhecimento às excelentes famílias enlutadas, através de comunicação ao Sr. Prefeito, Seihatiro Shikasho, e o Presidente da Câmara, Florindo Palu.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1980.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após anuência do Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo passamento do Sr. ALFREDO CHAK, ocorrido na cidade de Toledo.

Requer, outrossim, dar-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1980.

(a) RENATO BERNARDI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após anuência do Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo passamento do ex-Vereador, Sr. IZALTINO BONACIN, ocorrido na Cidade de Andirá.

Requer, outrossim, dar-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1980.

(a) RENATO BERNARDI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. GUILHERME LACERDA BRAGA, ocorrido no dia de ontem, aos 84 anos de idade, nesta Capital.

Requer, outrossim, que se dê conhecimento a seus familiares.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1980.

(a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

Nascido na Cidade da Lapa, Guilherme de Lacerda Braga foi um dos mais proeminentes homens na história do desenvolvimento do nosso Estado, tio do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Ney Aminthas de Barros Braga.

Desempenhando suas atividades públicas sempre com os maiores princípios de honestidade, foi funcionário desta Assembléia Legislativa, tendo desempenhado diversos cargos de confiança, inclusive o de Diretor Geral.

Seu desaparecimento, aos 84 anos de idade, causou um

profundo abalo nos meios políticos-sociais, bem como entre seus amigos e familiares, aos quais nos unimos consternados neste momento de tristeza e pesar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 49/80 que propõe a alteração da Lei Orgânica dos Municípios, adaptando-a à Legislação Federal em vigor.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1.980

a) Del Ciel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, um voto de aplausos e apoio, à decisão adotada pela bancada estadual do PDS no Rio Grande do Sul que solicitou ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a extinção das mordomias, em caráter geral e definitivo na função pública.

Somente com a adoção de atitudes como esta, Sr. Presidente, é que poderemos, em parte, restabelecer a credibilidade tão abalada do Governo, perante a opinião pública, razão de sua existência.

A tão elogiada atitude adotada pelo Ministro-sem-Pasta, Hélio Beltrão, de desburocratizar o País, no campo estatal, soros de opinião que, também lhe seja dada atribuição para iniciar gestões visando o fim das mordomias, que, pela razão de seu alto valor, cria uma classe funcional elitizada em contraste com os baixos salários da função pública em geral.

Em razão disto, solicitamos, outrossim, sejam consultados os demais Pares desta Casa no sentido de que seja enviada Moção ao Presidente da República, apoiando a atitude adotada pelos Parlamentares pedessistas gaúchos.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1.980

a) João Mansur.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, enfatizando a necessidade da adoção de medidas corretivas na regulamentação do lançamento do Imposto sobre a Renda, nas folhas de pagamento do funcionalismo público estadual.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1.980

a) Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

Com a implantação do sistema de retenção do Imposto sobre a Renda na própria fonte, a grande massa de servidores públicos do Estado, o quadro do Magistério e até seus contratados, vêm sendo lesados por força da dúbia interpretação da legislação que dá normas ao assunto. Ora, nela, além da fixação de um teto de 30 por cento para efeito de lançamento do desconto do IR sobre vencimentos atrasados, estabelece que os descontos deverão obedecer percentuais restritos ao mês em atraso.

No entanto, debitando o espólio praticado contra o funcionalismo público paranaense, à conta da insensibilidade dos tecnocratas oficiais, valemo-nos desse documento para denunciar que a tributação do Imposto sobre a Renda, lançada em suas folhas de pagamento, registram incidência de percentuais sobre o valor global dos atrasados, quando o corre-

to seria a retenção, isto é, o desconto puro e simples sobre o valor mensal do atrasado.

O que dizem e pensam os legisladores, diferem frontalmente quanto as interpretações normativas dos tecnocratas. Enquanto o empresariado resiste, por meios legais às interpretações que consideram abusivas aos seus direitos, os servidores públicos não têm quem lhes defenda quando seus direitos são esbulhados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja aprovado o envio de expedientes aos Excelentíssimos Srs. Governador do Estado do Paraná; Secretário de Segurança Pública; Diretor da Polícia Rodoviária Estadual; e Diretor da Polícia Rodoviária Federal/PR, rogando imediatas providências no que diz respeito ao cumprimento da legislação vigente do Código Nacional de trânsito e seu Regulamento, bem como à cláusula 8.ª da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada em 30/1/80, entre patrões e empregados da área rural (documentos em anexo), objetivando colocar um fim aos constantes acidentes rodoviários, vitimando incontável número de trabalhadores rurais "boias-frias", transportados em condições subumanas.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1.980

a) Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

Na data de ontem, 4 de agosto de 1.980, por volta das 18:40 (dezoito horas e quarenta minutos), um caminhão Ford, transportando, sem qualquer condição de segurança, 43 boias-frias, procedentes da Fazenda Marília, localizada no Distrito de Tamarana, Município de Londrina, de propriedade do Sr. Antônio Pera Mendes, quando já entrava em Bela Vista do Paraíso, colidiu com um caminhão que carregava ferro velho. A parte esquerda do caminhão de trabalhadores desfez-se em pedaços, resultando na morte de oito pessoas, dentre elas dois menores e uma mulher grávida de oito meses. Outros dois foram hospitalizados em Bela Vista do Paraíso e Londrina, inspirando ainda sérios cuidados.

Não é a primeira nem a segunda vez que acidentes dessa natureza ocorrem. Infelizmente, já perdemos a conta. Mas gostaríamos que fosse este o último, razão pela qual rogamos o empenho das autoridades, para que se intensifique a fiscalização, obrigando o cumprimento da lei.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, manifestando o apoio desta Assembléia Legislativa à proposição da Associação Comercial e Industrial de Guarapuava que, em consonância com os reclamos do comércio, indústria e agricultura, pleiteia reestudo com vistas a alterações parciais da lei que determina o prazo mínimo de vinte anos para retirada total do "pinus" plantado em quaisquer tipos de terra, de modo a estabelecer o prazo reduzido para dez anos nas terras mecanizáveis.

A reivindicação se prende ao fato de que nas terras mecanizáveis de campo, a referida essência atinge a espessura máxima de 15 polegadas em 20 anos, enquanto nas terras conhecidas como "de mato" chega a espessura de 25 a 30 polegadas.

Por outro lado, a modificação sugerida permitirá a expansão da produção de cereais, necessária para a alimentação

dos brasileiros e mesmo de outros povos.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1980.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, solicitando providências imediatas no sentido de se regularizar o fornecimento de combustíveis às viaturas do Batalhão de Polícia Militar sediado em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1980.

a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão importante município deste Estado está vivendo dias de insegurança dado que as viaturas do Batalhão da Polícia Militar ali sediado não têm recebido o combustível necessário para suas atividades.

Este fato lamentável vem trazendo diversos problemas para o município e tirando a tranquilidade dos munícipes de tão importante comuna paranaense.

Solicitamos, pois, que se tome providências urgentes para a regularização do atual problema para que o clima de paz e de tranquilidade volte a reinar naquele município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário o envio de veemente apelo a sua Excelência o Senhor Secretário de Educação, Professor EDSON MACHADO, no sentido de que determine o remanejamento de verba orçamentária existente naquela Secretaria de Estado, destinados ao preenchimento de 500 vagas de professores estaduais, com a finalidade do aproveitamento desta mesma verba, na contratação de professores através da C.L.T., e com o propósito de atender a grande demanda de professores para o interior de nosso Estado, minimizando desta forma os encargos municipais que atualmente estão subsidiando as obrigações no setor educacional, que pela Constituição Estadual cabem ao Estado.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1980.

a) WILSON FORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, NIVALDO ALMEIDA NETO, Digníssimo Secretário dos Transportes e EULER MERLIN, Digníssimo Diretor do D.E.R., solicitando-lhes a pavimentação asfáltica da estrada partindo da BR-277 na sede do Município de Medianeira, passando por Flor da Serra, Jardinópolis, Parque Nacional Iguaçu, Porto Lupion, Santa Clara e São Luiz até chegar na sede do Município de Capanema, fazendo a integração do extremo-oeste com o extremo-sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1980.

a) FIDELCINO TOLENTINO

A reivindicação da pavimentação dessa estrada de integração nacional pela fronteira oeste, vem sendo feita com intensidade há cerca de 20 anos. Tornou-se conhecida como a "Estrada do Colono", ligando as estradas de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O obstáculo antes existente, se tornou transponível, e agora aflora-se novamente a reivindicação, sem violar a preservação do Parque Nacional Igua-

çu em face do acordo existente entre o Brasil e a Argentina.

Trata-se, atualmente, de irremovível necessidade, que nenhuma lesão trará à integridade do Parque Nacional, já que a estrada primária ali existente foi contruída há muitas décadas e está sendo francamente usada sem que isto fira a ecologia, o meio ambiente, a fauna ou a flora. Constituirá, apenas, esta pavimentação, em uma rodovia de larga movimentação e economia no consumo de combustível, além de trazer alternativa de ligação muito mais curta entre as três fronteiras dos países vizinhos em Foz do Iguaçu, agora acentuada pela implantação da Usina Binacional Itaipu.

O interesse econômico e social que esta ligação rodoviária promoverá é da mais alta relevância, em função das ligações cooperativistas e agropecuárias existentes entre a Central de Cooperativas do Vale do Iguaçu, além de estar intimamente ligada ao setor industrial que agora está sendo ativado pelo frigorífico Frimesa de Medianeira, sob a orientação da SUD-COOP.

Quando da discussão do projeto de lei da rodovia ligando Cascavel a Realeza, passando por Capitão Leônidas Marques, várias foram as oportunidades em que a prioridade dessa rodovia foi sugerida em face dos efeitos sócio-econômicos que traria à região e ao Estado. No entanto, a sua prioridade agora é ressaltada em face do desenvolvimento regional, multiplicado pela grande implantação de avicultura, suinocultura e produção de grãos, dando à região, primazia nas metas do Governo.

Fala-se já, que Foz do Iguaçu poderá se constituir numa zona de livre comércio entre o Brasil, Paraguai e a Argentina. o que multiplicaria as razões dessa pavimentação.

Nestas condições, é mister, urgenciar essa pavimentação, uma vez que, nenhum inconveniente trará ao Parque Nacional Iguaçu, além de ser um fator de multiplicação econômica regional.

Projetos de Lei.

PROJETO DE LEI N.º 99/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BANDEIRANTES, com sede na cidade de Bandeirantes - Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1980.

a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BANDEIRANTES, com sede e foro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, constitui uma sociedade civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos e tem como finalidade promover o bem-estar e ajustamento em geral de indivíduos excepcionais onde quer que se encontrem, independente de idade, que tenham se desviado acentuadamente para cima ou para baixo do nível dos indivíduos normais em relação a uma ou várias características emocionais, mentais, físicas ou sociais, ou qualquer combinação dessas, de forma a criar um problema especial com referência a sua educação, desenvolvimento e ajustamento ao meio social.

Encontra-se em pleno funcionamento de suas atividades e atende às determinações previstas em lei.

A "APAE DE BANDEIRANTES", pelo importante papel que desempenha na área assistencial de nosso Estado, justifica por si a presente proposição.

PROJETO DE LEI N.º 100/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIA-

ÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIO AZUL, com sede e foro na Cidade de Rio Azul.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1980.

(a) ERONDY SILVERIO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços ao bem estar e ao ajustamento social das crianças excepcionais, onde quer que se encontrem.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento das exigências legais previstas pela legislação que regulamenta o instituto de utilidade pública em nosso Estado.

Com isso, esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 101/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORNÉLIO PROCÓPIO.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1.980.

(a) ROSÁRIO PITELLI.

PROJETO DE LEI N.º 02/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de União da Vitória, o lote de terreno urbano sob n.º 8-A, constante da Carta de Data n.º 318, medindo dezoito (18) metros de frente para a Rua Castro Alves, por quarenta e cinco (45) metros de fundos, registrado sob n.º 19.099, no livro 3-U, fls. 26, do 2.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.

Art. 2.º - O imóvel de que trata o artigo anterior será destinado à finalidade exclusivamente de utilidade pública.

Art. 3.º - O Município de União da Vitória poderá permutar o imóvel referido no Art. 1.º com outro, desde que seja respeitada a destinação estabelecida no Art. 2.º, desta lei.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1.980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

A prática da doação entre pessoas jurídicas de direito público interno tem se revelado das mais salutares. Através dela, o município ou o Estado conseguem realizar obras de interesse coletivo, sem maiores onus para o erário.

No caso presente, a doação autorizada está vinculada à destinação de ordem pública, permitindo ao Município de União da Vitória atribuir ao imóvel, com maior margem de liberdade, um destino mais consertâneo com suas necessidades prioritárias.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT - Sr. Presidente, Srs. Deputados. A nossa passagem na tribuna na tarde de hoje, é para mais

uma vez lamentar o desastre ocorrido há dois dias atrás, na Cidade de Bela Vista do Paraíso, onde oito trabalhadores rurais faleceram e doze estão internados em estado grave.

Agora, o que se lamenta profundamente é que a Resolução n.º 427, de 1.970, que dispõe sobre o transporte de pessoas em veículos de carga, proíbe terminantemente qualquer transporte de pessoas em cima de caminhão. E, lamentavelmente, a Polícia Rodoviária, não somente do Estado do Paraná, porque não se pode criticar somente a polícia rodoviária do Paraná. Todo o sistema policial brasileiro, que se preocupa tanto muitas vezes em observar um carro de passeio se está com o lacre da placa, se não está com o lacre da placa, vem inclusive, com insinuações para receber propinas e multando o condutor ou proprietário do veículo. E, no entanto, a aberração é enorme, caminhões que passam em frente dos postos da Polícia Rodoviária, com 70, 80 até 100 trabalhadores em cima de um caminhão, com mulheres, crianças, mulheres grávidas e ferramenta, tudo quanto é tipo de ferramenta cortante e a Polícia Rodoviária do Paraná e do Brasil, fecha os olhos, fecha os olhos permitindo, como aconteceu ante-ontem, na Cidade de Bela Vista. Agora, o mais interessante de tudo isso, é que a fazenda onde esses trabalhadores foram trabalhar, é no Distrito de Tamarana à frente do Distrito de Tamarana, mais de 100 quilômetros de Bela Vista. O caminhão sai de manhã cedo carregado de "bóias-frias", trafega mais de 100 quilômetros numa rodovia, vai e volta sem que a polícia dê a mínima importância.

Nestas condições, Sr. Presidente, nós estamos encaminhando mais uma vez um requerimento e se aprovado por esta Casa, seja encaminhado ao Sr. Governador do Paraná, à Polícia Rodoviária Federal e Estadual, para que proíba terminantemente o transporte. E outra, na convenção realizada entre os trabalhadores rurais e a classe empregadora deste Estado, diz na cláusula oitava "assegurar fornecimento de transporte gratuito aos trabalhadores em condições de segurança, em veículos com segurança, coberta de lona, com bancos fixos e motoristas habilitados, proibindo carregamento de ferramentas de trabalho junto às pessoas transportadas, desde o ponto de recolhimento do pessoal até o local de serviço e vice-versa, de uma propriedade à outra do empregador".

Nem a convenção se está cumprindo. Outra cláusula da nossa convenção, que também não está sendo cumprida é que: "todo o empregador rural, deve ter um seguro para o trabalhador", e praticamente, está desconhecida esta cláusula também.

Mas, nós faremos valer, nem que gastemos todo o dinheiro que a Federação tem e que o movimento sindical tem, agora, que este patrão de Bela Vista, se preciso for vai vender a sua propriedade para pagar seguro de vida para esse trabalhador, vai mesmo.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao segundo orador inscrito, nobre Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que trago hoje à tribuna, não é novo e já foi objeto inclusive, de polémica até de âmbito nacional, quando o Deputado José Tavares, prestou o seu depoimento no Congresso Nacional, perante a CPI da violência.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a preocupação hoje, é muito grande no que diz respeito à violência e ao aparelhamento policial, capaz de conter a onda de violência. E em grande parte, por que é deficiente? Porque exatamente aqueles que têm obrigação de amparar o aparelhamento policial para o desempenho das suas funções, criam problemas seríssimos para aqueles que querem exercer a sua função com correção, com honestidade.

E vou me referir Sr. Presidente, Srs. Deputados, especificamente ao Município de Corbélia. Lá, há poucos dias chegou um Delegado de Polícia de carreira, em substituição ao Delegado chamado 'calça curta', que não era um Delegado, mas era um cabo eleitoral servindo aos interesses de chefotes políticos. E esse Delegado de Polícia de carreira chegou lá no desempenho das suas funções, sem pretender se curvar àqueles que mandam e que desmandam politicamente.

Mas quero me referir ao Município de Corbélia, não como um forasteiro, como um que chegou agora apenas em busca de voto. Quero me referir ao Município de Corbélia como quem chegou na década de 60, instalando ali uma pequena empresa com a sua família, e lá continuou trabalhando e não apenas indo em Corbélia buscar votos como disse para me eleger Deputado Estadual ou eleger membros da minha família.

A ali tenho a minha família que trabalha, que tem a sua empresa, que está lutando pelo desenvolvimento de Corbélia e participando da sua vida social.

Agora, Sr. Presidente, o Delegado de Polícia de Carreira que ali está, segundo as exigências atuais do Município pelo seu desenvolvimento, e por ser hoje Corbélia um Município Comarca. Então, o que se pretende fazer porque esse Delegado de Polícia procurou dismantelar um jogo clandestino que era explorado por um cabo eleitoral de determinado político, local onde se explorava o jogo carteadado, e que em consequência de desentendimentos ali surgidos, houve um tiroteio no qual um cidadão recebeu quatro tiros. E o Delegado de Polícia recebera também determinação do Promotor de Justiça da Comarca e do Juiz de Direito, no sentido de fazer cumprir a lei e que se fechasse aquele local que se explorava o jogo ilícitamente.

E o que ocorre? Nos bastidores se procura desde logo afastar o Delegado de Polícia com os mais mesquinhos argumentos de que desserve à comunidade. E até protesto aqui e quero que esse meu protesto seja encaminhado ao Sr. Secretário da Segurança, ao Diretor da Polícia Civil e até ao Sr. Governador do Estado, para que saibam essas autoridades como esse meu depoimento que aqui hoje presto, de quem esteve em Corbélia ainda há poucos dias em contato com a população. E quero enfatizar ainda que não conheço o Sr. Delegado de Polícia de Corbélia, não sei nem o seu nome, mas que tem, segundo testemunhos, depoimentos que colhi na Comarca de Corbélia e Município de Corbélia, tem desempenhado a sua função a contento, segundo as aspirações da população daquele município e que depois da sua atuação naquela Comarca onde se praticavam inúmeros crimes, inclusive o de furto de automóveis, desapareceram muitos marginais e criminosos.

E agora se pretende, de uma forma até para desmoralizar a própria Polícia do Paraná, se retirar um Delegado que está até agora pelo menos, cumprindo as suas obrigações, e aqui fica, então, aquilo que, muitas vezes, dizem que a Oposição quer, quanto pior, melhor. Ao contrário, Sr. Presidente, parece que a Situação é que está com esse Lema: "Quanto pior, melhor para o Governo".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Tércio Albuquerque. (Pausa) - (Ausente).

Concedo a palavra ao nobre Deputado Deni Schwartz. (Declina).

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES Sr. Presidente, Srs. Deputados. Profundamente lamentável o acidente ocorrido na minha querida Bela Vista do Paraíso.

Mas, o que nos traz à tribuna hoje, Sr. Presidente, é outro assunto também lamentável, ocorrido na também minha que-

rida Cidade de Londrina. (Lê):

Não sabemos com que reais intenções o Governo Federal, através do Ministério da Justiça, patrocinou encontros, reuniões, debates, informações públicas sobre a criminalidade no País. A que deu seqüência com seminários, encontros e reuniões de secretários de segurança e chefes de polícia sobre a ação policial na prevenção e no combate ao crime.

Sabemos sim, que a Ordem dos Advogados, a Conferência Nacional dos Bispos, os movimentos pela Anistia, a classe política e seus partidos, as entidades sociais mais representativas e o Poder Legislativo se empenharam e se empenham em instaurar o Estado de Direito no Brasil.

A evolução do problema da segurança e do respeito aos direitos no País, nesta fase caracterizada como de "abertura política" em busca da democracia, demonstra que há na verdade dois entendimentos, duas posturas, a respeito do problema da segurança, da criminalidade, dos direitos e da democracia.

De uma parte há a preocupação em consolidar o Estado de Polícia; de outra, o Estado de Direito. Elas são radicalmente contrárias. São incompatíveis porque partindo de premissas e interesses diversos chegam a pontos inteiramente divergentes. Daí resultam duas concepções sobre a sociedade brasileira, a intitulada "democracia relativa" e a democracia não-adjetiva, a democracia mesma. O que todos sabemos é que não é possível construir uma democracia com cidadãos de primeira, segunda e terceira classes. Outorgando direitos ilimitados ao capital internacional e aos grupos monopolistas, poderes burocráticos acima de qualquer fiscalização pública e controle social para a tecnocracia e seus assessores privilegiados; arbítrio e independência para os serviços de segurança; e opressão e cidadania de segunda classe para o conjunto daqueles que compõem as classes intermediárias; e ainda extremada opressão e exploração para as classes trabalhadoras do campo e da cidade, transformando-as em párias, ou cidadãos de terceira classe.

Enquanto as hierarquias formadas pela repressão e pelo autoritarismo derem a última palavra sobre política, economia e sociedade continuaremos vivendo o subdesenvolvimento social e político, que são as formas mais violentas do atraso de civilização. Enquanto o direito e a lei constituírem apenas um enquadramento, um freio e uma opressão sobre os cidadãos de segunda e terceira classes continuaremos em plena fechadura, na mais relativa das democracias do capital.

Recentemente em Londrina, o advogado Luiz Fernando Maria Sobrinho, profissional que construiu no plano técnico-jurídico, e na vida social uma reputação das mais altas, foi vítima de prisão arbitrária e ilegal, de parte do Delegado de Polícia Federal de Londrina, Paulo Marcelo Zimmermann. Violência a que foi submetido ao contestar a manifesta ilegalidade dos procedimentos coativos contra um cliente.

Um homem que chega à nomeada pública, como exemplo de profissional e cidadão, é submetido à sanha e façanha de um desconhecido que deseja macular-lhe a projeção jurídica e social, com atos violentos e arbitrários. A sociedade londrinenses se revoltou, como a Associação dos Advogados de Londrina, e fez o mais veemente protesto contra um delegado que não honra o cargo privativo de pessoas que cultivam o direito.

A Associação dos Advogados de Londrina denunciou o fato ao Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, solicitando providências reparadoras, atribuindo à autoridade maior, o dever e o direito de tomar as medidas cabíveis. Esperava-se que Sua Excelência fosse sensível ao pedido de providências, inclusive porque além de homem conformedo pelo direito já experimentou situações de abuso de poder, aqui mesmo no Paraná, quando em Apucarana foi processado por estelionato e posteriormente absolvido.

Aguardava-se que essa experiência dramática para um homem honesto, de ser preso, pregressado e processado, sem provas, ficasse na memória do Sr. Ministro.

Porém a resposta dada à Imprensa foi de que "essas colisões são frequentes". "Acho as honrosas para o advogado." É inevitável que isso ocorra com o advogado que preza a sua profissão. Ele existe e para isso mesmo; devemos encaixar esses fatos como acidente profissional."

Não queremos saber se o Ministro vê essas questões com humor e apenas como simples acidentes profissionais. O que desejamos saber é quais as providências que vai tomar a respeito do abuso do poder; que recomendações tem a fazer. Ou se não pode, não tem poder porque não consegue fazer prevalecer o direito e a norma numa delegacia da Polícia Federal.

Se aconteceram fatos dessa ordem numa delegacia da Polícia Federal, como exigir que aconteça o melhor numa delegacia de polícia estadual? Como exigir que um agente, um comissário ou um escrivão ajam estritamente segundo a lei se o delegado dá o mau exemplo? E se os Secretários da Segurança e os Ministros considerarem tudo como acidente do trabalho, acaso profissional?

Acreditamos que numa democracia relativa os direitos são extremamente relativos e o número de acidentes profissionais tende a crescer até se transformar em regra criada pelo arbítrio não só da autoridade maior como de qualquer autoridade menor.

Mas é exatamente em defesa do Direito, das liberdades e da democracia é que fazemos nosso o protesto de todas as classes sociais de Londrina, e pertilhamos o desagravo público que, com toda a certeza, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, fará em favor do advogado Luiz Fernando Maria Sobrinho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Como homem de oposição não deixo de analisar a situação do Paraná e do Brasil por seus aspectos mais importantes. Acima das medidas administrativas, e além dos interesses momentâneos.

Entretanto, os fatos políticos se alimentam das questões conjunturais, das questões emergentes, das contradições que aflora, na sociedade a cada momento. As próprias estruturas são vistas através de aspectos, momentos e episódios que lhes dão fisionomia.

Faço o registro de que Londrina e o Norte do Paraná vivem um clima de grande expectativa a respeito dos rumos do nosso Estado. Expectativa por medidas de correção inflacionária; de barateamento do custo de vida; do aumento do nível de emprego. Entim, vivemos a expectativa de reobter esperanças.

A elas os homens se apegam, porque não acreditam em males permanentes. Ansiosamente aguardam que partidos, movimentos e autoridades sejam capazes de formular respostas aos grandes desafios que os indivíduos não têm forças para enfrentar sozinhos.

O preço do café está muito baixo; há desalento entre os produtores. Os investimentos privados diminuem ao nível mais baixo dos últimos 15 anos. A ação do governo é esperada, mas prevalece um imobilismo enervante.

No meio desse desalento geral, a notícia de que o ex-prefeito de Londrina, Sr. José Hosken de Novaes, assumiu transitoriamente o Governo do Paraná, com possibilidades de ter a espinhosa tarefa de continuar ocupando a chefia de Governo por prazo maior, criou muitas esperanças naquela região. A região - em que pese o predomínio da oposição ao atual governo - sempre reconheceu no Sr. Hosken de Novaes qualidades de político reto e administrador capaz. Daí esperar que sua

passagem pelo governo marque um compromisso com sua terra adotiva. Tão carente está da presença de obras públicas e vivendo essa tensão que a crise brasileira está levando a toda parte, que joga para o novo governador seu clamor de que atenda algumas das aspirações que a Capital do Café tem o direito de pleitear.

Dou meu testemunho de que, por causas que nos escapam à análise, as esperanças se vão transformando na certeza de que, mesmo simbolicamente em razão do exíguo prazo de sua investidura atual, o governador ouvirá esses reclamos, estabelecerá prioridades e decidirá por alguma que, nem sendo a maior nem a mais onerosa, assinala a sua presença na chefia do Estado do Paraná.

Porém, o Sr. Hosken de Novaes deve estar enfrentando algumas dificuldades. Justamente por vir de província é considerado corpo estranho ao grupo oligárquico da metrópole, que sempre se mostrou impermeável a novas lideranças e refratário a mudanças.

Embora não falando pelo meu partido, mas como londrinense, empresto minha solidariedade ao repudiar a central de fofocas instalada nos corredores palacianos, cujo objetivo é criar condições adversas ao atual governador, para conseguir, quem sabe, até a sua renúncia ou imobilizá-lo nas iniciativas, principalmente políticas e liberais que todos sabem trazer da velha UDN."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para encaminhar um requerimento, justificando a sua pretensão é que, temos nos posicionado aqui, Sr. Presidente, ao longo dos anos em que servimos a parcela considerável do povo paranaense nesta Casa, com relação aos problemas de estradas, sobretudo às estradas de integração do Oeste e Sudoeste; foi o caso da rodovia ligando Cascavel, Capitão Leônidas Marques e, a nossa pretensão seria, Capanema, mas que o Governo decidiu fazê-la, ligando Realeza.

Agora, a nossa posição nesta tribuna, Sr. Presidente, é no sentido de pedir ao Governo, a viabilização do asfalto que liga Medianeira passando pelo Parque Nacional, e demandando a Capanema. Essa estrada é de reivindicação muito antiga - faz coisa de aproximadamente 20 anos, que a região do Oeste Paranaense, do Sul de Mato Grosso do Sul, de Santa Catarina e do Rio Grande entenderam, em memoráveis reuniões, chamá-la de a ESTRADA DO COLONO.

E neste período de recesso parlamentar, em contato com o agricultor, com cooperativas e com lideranças comunitárias de todo o Oeste paranaense, chegamos à conclusão de que é necessária, a implantação da pavimentação nessa estrada já existente há coisa de 30 anos. Por essa razão é que nós estamos encaminhando, Sr. Presidente, este pedido de oficiamento às autoridades do Estado do Paraná, quer sejam: Governador, Secretário dos Transportes e o Diretor do DER, no sentido de viabilizar, de concretizar mais esta pretensão na ligação asfáltica desses dois municípios, que em última análise quer dizer, a ligação Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, com o Oeste Catarinense, com o Oeste paranaense e com o Oeste sul do Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma rodovia de grande interesse na mobilização econômica, social e por que não política também, de todo esse setor de grande produção nacional.

É nesse sentido que nós hoje nos posicionamos mais esta vez, formalmente, buscando a sensibilização das autoridades do setor, por que cremos, Sr. Presidente e tínhamos defendido já em outras oportunidades, que essa estrada haveria de ser feita, mas depois de ser concretizada a estrada ligando Capitão

Leônidas Marques, porque ali se implantou uma civilização grandiosa, laboriosa, respeitável em todo o Estado do Paraná. E é nesse sentido que nós, mesmo sem abstrair a necessidade de preservação do Parque Nacional, entendemos que a pavimentação dessa rodovia em nada criará de obstáculo, a preservação da integridade do Parque Nacional Iguaçu. Por essa mesma contingência, Sr. Presidente, entendemos que com a implantação do frigorífico Medianeira, que novamente ativado para uma grande arrancada no setor econômico, dos mais auspiciosos, que o Paraná pode desejar, pois é ali, Sr. Presidente, que tem a maior suinocultura do Paraná. É ali que se produz a maior quantidade de grãos. É ali, Sr. Presidente, que está implantada também na área, a maior usina hidroelétrica do mundo. E isto trará naturalmente, um desenvolvimento que todo o Paraná irá sentir. E essa estrada precisa ser construída com a máxima brevidade, exatamente, para ser evitar até, o maior consumo de combustível, em todo este complexo de dispendio de divisas. Neste sentido, encaminho à Mesa o requerimento, pedindo urgenciamento nesta pavimentação rodoviária.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao último orador inscrito, Sr. Deputado João Mansur.

O SR. JOAO MANSUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente aproveito a oportunidade nesta rápida passagem pela tribuna, para me congratular com o nobre Deputado Fiori Luiz, pela sua preocupação com relação a boatos insistentes relacionados com elementos da assessoria do Governador Ney Braga. E que por certo pretendiam inviabilizar ou atrapalhar a gestão do atual Governador em exercício, Dr. José Osken de Novaes. E quero me congratular com o Dr. José Hosken de Novaes, homem íntegro, com uma larga folha de serviços prestados ao nosso Estado, ao Paraná, e que conta com o apoio incondicional da nossa bancada e tenho certeza, de toda a Assembléia Legislativa do nosso Estado, como homenagem a este homem que tantos serviços já prestou ao nosso Estado, ao Paraná e ao Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós encaminhamos à Mesa para ser submetido à consideração deste Poder, um requerimento de voto de aplausos à bancada do PDS do Rio Grande do Sul, pela decisão adotada por aqueles Deputados que integram o Poder Legislativo daquele Estado. Quando solicitavam e solicitam de Sua Excelência, o Presidente da República, a extinção das mordomias, em caráter geral e definitivo da função pública, e, somente com adoções de atitudes como esta, Sr. Presidente, é que poderemos em parte, reestabelecer a credibilidade tão abalada do Governo, perante a opinião pública, razão maior da sua existência.

E, lamento nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque há 6 meses passados, procurei diversos Deputados desta Casa de ambas as bancadas, para que o Poder Legislativo do Paraná, através dos seus membros, sem distinção de cor partidária, estudássemos uma fórmula que depois de debatida e aprovada por esta Casa, servisse de ideário com que a Assembléia Legislativa do Paraná, através dos seus Deputados, haveria de percorrer as demais Assembléias do Brasil e fazendo chegar ao Governo Federal, a preocupação dos legisladores brasileiros, quanto aos desmandos administrativos que vêm preocupando os homens responsáveis por esta Nação.

E hoje, nós já assistimos algumas medidas tímidas tomadas pelo Governo, como a proibição das nomeações de funcionários novos, funcionários públicos por dois anos. Pequenos ensaios no sentido de coibir o abuso das mordomias, quando a nossa proposição era pela extinção total, de qualquer tipo de mordomia no serviço público. Quando a nossa preocupação

e a nossa proposição seria, no corte de cinquenta por cento da frota oficial, que serve os serviços públicos. Na extinção dos "jatinhos executivos", que percorrem os céus do Brasil. Um reestudo das nossas embaixadas no exterior, muitas daquelas que hoje não se justificam e que poderiam perfeitamente serem substituídas por simples escritórios comerciais, reduzindo gastos de milhões e milhões de cruzeiros que o Brasil vem dispendendo com essas Embaixadas. A redução dos juros a fim de possibilitar a sobrevivência...

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Nobre Deputado, a Mesa informa Vossa Excelência que tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. JOÃO MANSUR - Agradeço e já concluo, Sr. Presidente.

A redução de juros a fim de propiciar a sobrevivência da indústria e do comércio, e uma política voltada definitivamente à agricultura do Brasil, sem o que nós estaremos irremediavelmente perdidos.

Infelizmente ainda esta Casa não tomou essa posição, mas conclamo novamente os Deputados que integram o Poder Legislativo do meu Estado, que ainda há tempo para que todos nós unidos, independente de cor partidária, formularmos um documento e que servirá de diário e vamos sensibilizar as demais Assembléias do Brasil, a fim de forçar o Governo da República Brasileira, conscientizando os homens responsáveis por esta Pátria, no momento difícil e grave por que passa o Brasil, com milhões e milhões dos seus filhos passando fome e uma centena de homens públicos esbanjando o dinheiro público, o dinheiro do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Todos os estrangeiros e amplos segmentos do povo brasileiro estão hoje decepcionados com a prepotência do decurso de prazo e do Governo, em desfigurar mais uma vez a prometida abertura com a aprovação da lei já convencionada de ser chamada de AI-5 dos estrangeiros.

O espírito hospitaleiro, a tradição de solidariedade humana de nossa gente e de nossa terra, ficaram profundamente maculados, dado a agressividade da referida lei e ouviu-se durante todo este período de espera da decisão do Congresso, fulminada pelo decurso de prazo, numa só voz e num só tom, os protestos de setores da Igreja, da OAB, dos estudantes, dos diferentes Comitês. O Comitê de solidariedade para com os povos latinoamericanos, comitê de anistia, o Centro Latinoamericano de forças democráticas, Associações de Bairros, Organizações partidárias, e tantos outros setores da nossa sociedade.

Tanto é o clamor que fez eco na imprensa que nesta Casa já não se justificaria mais o silêncio a respeito.

A nova Lei dos Estrangeiros, que inspirado na Doutrina da Segurança Nacional e elaborado pelo Conselho de Segurança que está sendo imposta pelo famigerado decurso de prazo, vem realçar uma vez mais a profunda contradição do processo de abertura política e o retorno à democracia proposta pelo não menos imposto Governo do General Figueiredo.

Realça-se a profunda contradição e incompatibilidade da doutrina de segurança nacional com os princípios democráticos. O choque se produz no instante em que uma lei como a que estamos analisando, obriga por força de lei a espionagem e atribui as funções policiais de delator a empresas que nada têm a ver com tal função. Ameaça com o confinamento, desconfiando inclusive da liberdade de locomoção dos estrangeiros em nosso território. Obriga os estrangeiros a terem ende-

reço conhecido das autoridades, segundo exigências de informações domiciliares do síndico, do imobiliário, portarias de hotel, exatamente como se faz hoje na União Soviética. E diante do empenho da mobilização popular e de amplos setores da sociedade, que repudiam tal afronta à liberdade, aflora mais uma vez uma contradição. A contradição entre um Governo invisível, autor do projeto e o Governo visível, que representa, diante das reivindicações da Igreja, profundo interesse em acatar e alterar a Lei. No entanto, a lei elaborada pelo Governo invisível vai a Congresso, sem alterações algumas, para ser aprovado pelo decurso de prazo. Será isto uma demonstração de força do Governo invisível? O próprio expediente de decurso de prazo, realça também uma contradição. O engano dos que querem aparentar e demonstrar que estão amparados pela maioria dos que eleitos pelo voto direito, representam a vontade popular, pese a presença dos biônicos, pese as pressões eleitoreiras, pesem as manobras da Lei Eleitoral, pese a fraude eleitoral? Sobreponem-se no entanto, a verdade que o Governo não disporia de votos para aprovar tamanha aberração, forçando-se a lançar mão do vergonhoso decurso de prazo. O Governo portanto está em crise de desconfiança e de legitimidade popular e parlamentar. E assim mergulhados em flagrantes contradições com o espírito democrático de nossa gente, não consegue, visualizar o irreparável prejuízo histórico, ao manchar nossas tradições quebrando com os princípios universais de solidariedade humana, pisando sobre os tratados e convenções já assumidas e profundamente enraizados em nossa História, como é a declaração Universal dos Direitos do homem, já tão desbaratada, durante esses 16 anos de arbítrio e ditadura. Como é também a convenção de Caracas, de 1954, que está sendo violada, diante da Lei aprovada pelo decurso de prazo ainda ontem.

Este Governo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece embuído na função de coveiro, que a um só tempo abre novas covas, para enterrar tradições ainda vivas em nosso meio, enquanto desenterra ações governamentais que por terrível e humilhante que foram no passado, o próprio passado não os conseguiu apagar da memória histórica. Assim como os biônicos no Senado, lembram a humilhante história do Calígula e seu cavalo senador da antiga Roma, a nova Lei dos Estrangeiros, lembram o fascismo da Lei Adolfo Gordo de 1907 que permitia a expulsão do estrangeiro que "comprometesse a segurança nacional ou a tranquilidade social". E foi em 1913, quando o Congresso apavorado com as greves, aprova a eliminação da proteção ao estrangeiro, tendo mais de dois anos de residência contínua no Brasil ou com mulher e filhos brasileiros.

A incrível semelhança, daquela lei fascista, com o artigo sétimo, item dois, desta nova lei que nega o visto ao estrangeiro considerado não sei por quem, nocivo à ordem pública e aos interesses nacionais. (Sem maiores detalhes), assemelha-se com a Lei do estrangeiro que nos leva a por em dúvida as justificativas apresentadas, pelo Governo. As prerrogativas "inconveniente ou nocivo aos interesses nacionais", é uma constante no enunciado da nova lei dos estrangeiros, ontem aprovada pelo decurso de prazo. Dado a falta de maiores explicações e detalhes nestes ítems, resta-nos perguntar com Edder Sade do jornal em Tempo: "Mas quem define os "interesses nacionais?" Delfin Neto, Mário Andreazza; General Milton Tavares, o General Golbery, a Dow Chemical, o General Motors, ou o General Electric?

Quem enfim define os interesses nacionais? Esta é a pergunta que a Lei não responde.

Alega-se proteção ao trabalhador brasileiro que estaria ameaçado de desemprego com o afluxo de trabalhadores estrangeiros. Esquecem-se no entanto, de que, quem está ameaçado de perder seu emprego de governar, são os próprios governantes, diante da decisão do BID em intervir na ação administrativa para resolver a situação insolvente econômica em que

passa a nossa Nação.

Portanto, os estrangeiros que comprometem os interesses nacionais não são os estrangeiros que vêm buscar compreensão e proteção dos brasileiros, diante dos sanguinários regimes de perseguição política do cone sul, mas são aqueles estrangeiros proprietários de vinte milhões de hectares de terras brasileiras, proprietários ou acionistas de grandes empresas que nem sequer residem no País, e que comodamente esperam que seus emissários nacionais lhes enviem os dólares subtraídos ao trabalhador nacional.

Ainda que os trabalhadores do ABC possam ficar comovidos com a súbita e repentina preocupação do Planalto em protegê-los em seu emprego, sempre restará a desconfiança dos verdadeiros e talvez até inconhecíveis motivos de uma tal lei".

Concedo o aparte ao nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi – Nobre Deputado Gernote Kirinus, Vossa Excelência, com a lucidez que lhe é costumeira, aborda o episódio triste, é verdade, do Congresso Nacional, vivido ontem.

Veja Vossa Excelência de que a votação desse projeto de lei serviu para demonstrar, mais uma vez, a condição de submissão a que o Legislativo está colocado no Brasil.

Há 8 anos que esse projeto da codificação das leis com referência ao estrangeiro estava dormitando pelo Executivo. Há 8 anos!

E o Executivo manda para apreciação do Poder Legislativo, com prazo de 45 dias.

Então, veja Vossa Excelência a disparidade de condições: enquanto o Executivo, praticamente por dois mandatos presidenciais, elaborou em cima deste projeto, o Legislativo teve, ainda, em apenas 45 dias, um espaço de 30 dias, que foi o recesso do Congresso Nacional, e numa fase em que todos os parlamentares estavam empenhadíssimos na organização dos Partidos Políticos. Este é o primeiro aspecto que deve ser ressaltado.

Segundo, nobre Deputado, é o aspecto que acredito deve merecer também a consideração desta Casa, é a determinação do Governo em caracterizar que esta submissão deve continuar, porque nas discussões que se fazem agora, da Emenda das prerrogativas, o retorno ao Legislativo, através de uma proposta do Presidente do Congresso Nacional, Deputado Flávio Marcílio, o Governo não abre mão, exatamente deste problema do prazo, o que vale dizer: o Congresso Nacional está manietado. Mesmo que o parlamentar, pessoalmente, queira colaborar para a produção de leis, ele tem uma estrutura pela frente que o impede. Há a impossibilidade estrutural de ele acompanhar e de dar a sua colaboração individual, não a nível partidário, porque os Partidos, depois, levam para o aspecto político. Porque este prazo de 45 dias é tão exíguo na vida de um parlamentar, que, na realidade, não lhe sobra tempo. O parlamentar, deveria ter uma assessoria tão grande quanto tem um Ministério, para poder acompanhar diariamente o montão de matéria que vem a ele para apreciar no Legislativo. E veja Vossa Excelência, nesta Casa, existe um exemplo típico: apresentei um projeto de lei, no ano passado, sobre a possibilidade do Estado do Paraná pagar os honorários advocatícios aos advogados nomeados para as defesas dativas.

Aqui nesta Casa, o projeto tramita há praticamente 8 meses. Então, é uma matéria que, na realidade, está merecendo estudos. Veio o Procurador Geral do Estado opinar sobre o projeto. A Ordem dos Advogados tem se manifestado. Isso tudo num assunto desses!

Agora, num assunto como a Lei dos Estrangeiros que, na realidade, é um código, e a preliminar levantada pela Oposição foi realista e judiciosa, porque os projetos de codificação têm tramitação diversa. Não é uma lei de quatro ou cinco artigos, mas sim de duzentos artigos, ou mais e que engloba uma série de leis existentes.

Então, realmente se votou o Estatuto do estrangeiro, ou se

ja um código. E os códigos merecem um tratamento diverso das leis ordinárias, das leis comuns.

Então, o que se caracterizou desse episódio não foi simplesmente o confinamento dos estrangeiros aqui dentro. Aquela história: "quem está dentro não sai e quem está fora não entra", foi isso o que o projeto quis dizer. Realmente, o que se quer é isolar o Brasil. Esse é o objetivo comum. Não só o Brasil, mas todas as Republicas da América do Sul estão tratando leis iguais a essa. Mas, o que na realidade quer se impedir é o livre trânsito dos latino-americanos que, corridos na Argentina se refugiavam no Brasil, como ocorre, hoje em São Paulo onde existem mais de 400 sul-americanos, praticamente na sua grande maioria, fugidos dos regimes ditatoriais da América do Sul.

No Brasil, que se respirava um clima de abertura, hoje, já, para os estrangeiros não é mais possível.

Parece-me que o objetivo principal, do qual se deve tirar a análise concreta é essa: a consciência para o Legislativo que, realmente estamos subordinados e que deveremos continuar se o Congresso Nacional não tiver independência quando se votar a Emenda Marçílio; só aí, realmente, poder-se-ão restaurar as prerrogativas do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Agradeço seu aparte e o incorporo em meu discurso, o que vem enriquecê-lo.

Realmente, parece que a intenção é essa. É internacionalizar a repressão, internacionalizar a famigerada doutrina de segurança nacional que é incompatível com qualquer avanço político democrático.

O Sr. Lineu Turra - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

A consciência nacional, hoje, se levanta contra essa lei que acaba de ser aprovada por decurso de prazo. E como bem Vossa Excelência disse é o "AI-5" dos estrangeiros.

E na verdade, ao que se percebe, esse vai ser o instrumento jurídico do sistema para, mais uma vez, usar do arbítrio para impor a sua vontade perante a Nação.

O Brasil vai ficar numa situação muito difícil com essa lei. Porque já estava difícil, imaginem agora como vai ficar!

Vão ser punidas muitas pessoas por vias oblíquas. Se um nascido no Brasil exerce uma atividade política, o seu pai, ou qualquer familiar que tiver origem estrangeira, vai ser pressionado para que esse que exerce uma atividade política se afine com o regime, com o sistema.

Ora, ainda agora vimos uma universitária ser expulsa do Brasil pelo Sr. Presidente Figueiredo, simplesmente porque, na sua juventude, engajada até na vida brasileira e com o idealismo de brasilidade, estava escrevendo, num muro, a sigla PMDB - foi expulsa, sem maiores cerimônias, expulsa do Brasil. Então, se ela estivesse escrevendo PDS, eu posso dizer a Vossa Excelência, ao Paraná e a esta Casa, que, ela teria ganho até uma bolsa de estudo ou uma medalha do Governo.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Agradeço o aparte, nobre Deputado, e gostaria de acrescentar inclusive, que a definição do termo Grupo Familiar, que a lei atinge inclusive por tabela, com isto, inclusive eminentes políticos desta Nação.

Continuo, Sr. Presidente, o meu discurso, dizendo que "miserável é o homem que, perdido em sua avareza, soberbia e prepotência já não encontra mais tempo para se lembrar de suas origens; miserável, aquele que já se esqueceu de que nasceu nu, desprotegido e esfomeado e que, por isto já não mais se recorda de que foi o amor de u'a mãe, que lhe estendeu o seio, que foi o amor de um pai, o suor de um pai, a dedicação de seu pai, que lhe cobriu a nudez. Eis porque, em todo o Antigo Testamento das Sagradas Escrituras, Deus insiste em lembrar a seu povo, que também já foi estrangeiro e perseguido no Egito, ou seja, no desterro da Babilônia. Talvez seja oportuno lembrar a esses senhores autores de tão espúria lei, que todos,

com exceção dos índios, aqui neste País temos origens estrangeiras.

Por isto, para finalizar, Sr. Presidente, quero que os Anais desta Casa registrem os desígnios de Deus com respeito aos estrangeiros, as sábias orientações que Deus deixou como legado, ao seu povo, sobre o tratamento dispensado aos estrangeiros, quando nós lemos, em vários pontos do Antigo Testamento e principalmente o que eu trouxe aqui, hoje, Deuteronômios XXIV, onde diz o seguinte:

"Não perverterás o direito dos estrangeiros e do órfão; nem tomarás o penhor e a roupa da viúva; lembrar-te-ás de que fostes escravo no Egito, e de que o Senhor teu Deus te livrou dali, pelo que te ordeno que faças isto".

E mais adiante, tornando-se, inclusive, mais veemente" o salmista no seu Salmo XCIV, diz o seguinte:

"Exalta teu juiz da terra, dá o pago ao soberbo. Até quando, Senhor, os perversos, até quando, exultarão os perversos? Proferem impiedades e falam coisas duras, vangloriam-se os que praticam a injustiça, esmagam o teu povo, Senhor, e oprimem a sua herança, matam a viúva e o estrangeiro, e aos órfãos assassinam; e dizem: o Senhor não o vê. Pode acaso associar-se contigo o trono da injustiça o qual forja o mal, tendo uma lei por pretexto? Ajuntam-se contra a vida do justo, e condenam o sangue do inocente, mas, o Senhor é o meu baluarte e o meu Deus, o rochedo em que me abrigo. Sobre eles faz recair a sua injustiça e pela malícia deles próprios os destruirá, o Senhor nosso Deus os exterminará".

Talvez seja esta, a última esperança de um estrangeiro perseguido em países do Cone-Sul, que seja a primeira vítima dessa Lei, e oxalá essa insistência de Deus em lembrar seu povo de que já foi estrangeiro, seja uma lembrança, se não ao coração, pelo menos aos olhos e aos ouvidos dos promulgadores dessa lei. Que seja lembrado que, também, um Sr. Euclides Figueiredo também já foi estrangeiro exilado na República Argentina, e que lá também foi beneficiado pela solidariedade dos povos latino-americanos; que seja também uma lembrança de que o pai do Sr. Abi-Ackel também já foi estrangeiro, e talvez, com o rigor dessa Lei que hoje ele mesmo assinou e passou por decurso de prazo, tenha sido, na época, um empecilho para que seu pai vivesse nesta terra; assim também, um outro assinante da Lei, Sr. Danilo Venturini, também tem avô estrangeiro. Assim, podemos dizer que, todos nós, com exceção do índio brasileiro, somos de origem estrangeira, portanto, não se justifica de forma alguma, esta Lei draconiana, esta Lei que vem oprimir aqueles que merecem o nosso respeito em relação a nossa solidariedade.

O Sr. Deni Schwartz - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Sobre a lei dos Estrangeiros muito já se disse e Vossa Excelência colocou muito bem, mas eu queria, da votação desta Lei, extrair um ensinamento novo para o País.

Finalmente, está claro a todos e o mundo que observe bem isso, que o Governo que sempre na base da pressão, teve suas maiorias, hoje é minoria neste País também. A maioria forjada com os biônicos e com a pressões, caiu. Os primeiros sintomas dessa queda, nós vimos durante a Reforma Partidária, quando o Governo não conseguiu impor a sublegenda pelas dissidências do seu partido.

E agora, é muito importante que nesse lance dos estrangeiros se registre, que o Governo que tem uma maioria, teve de retirar sua bancada e não conseguiu retirá-la toda. É bom que se registre nos Anais da Casa, que parece que o Paraná resolveu dar um grito de independência, esse Paraná tão massacrado por esses Governos dos últimos anos, parece que seus Deputados com vergonha na cara, resolveram e lembraram que talvez aqui no Paraná, exista o maior contingente de estrangeiros e que este Estado foi feito por descendentes de estrangeiros. E levantaram sua voz.

E, eu quero nessa oportunidade, dizer que como paranaense que sou, filho também de estrangeiro, descendente de estrangeiros, fiquei orgulhoso em saber que 6 Deputados do PDS do Paraná, tiveram a coragem de enfrentar a ditadura, ditadura corrupta, subversiva e incapaz. Tão incapaz, que manda uma lei para o Congresso, reconhece sua incapacidade e já está a afirmar através do seu líder, seu líder Marchezan, que não é nome indígena portanto, também descendente de estrangeiro, já está a afirmar que o Sr. Presidente irá sancionar a Lei e imediatamente mandar novo Projeto de Lei, com emendas, reformando a Lei que acaba de ser por decurso de prazo aprovada.

A Lei é tão ruim, saiu de mentes tão malévolas, que não se conseguiu primeiro, a maioria imposta, não se conseguiu isso. Segundo, o próprio Governo depois do puxão de orelha do Papa resolveu mudar, só não conseguiu porque, está tão incompetente, é tão incapaz, que não acha mais o caminho correto para dirigir este País.

Então me parece, que nós só temos uma solução. O Sr. Presidente Figueiredo, deveria reconhecer a incapacidade do seu Governo e pelo menos demitir todo o seu Ministério, isso se ele não quisesse ser mais brasileiro ainda, e se demitisse também.

Obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS – Agradeço o aparte e acrescentaria que, reconhecer o erro ainda é melhor do que persistir no erro, o que já chega ao alge da ignorância. Gostaria de ceder também, um aparte ao Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi Nobre Deputado Kirinus, sobre um outro aspecto de que foi muito abordado, dizendo que o estrangeiro vem apenas para a atividade política. Recordar o fato dos Estados Unidos. Os Estados Unidos, em comparação ao Brasil que tem o mesmo tempo de história praticamente, veja Vossa Excelência questão de território, de população, o que diferenciou na realidade, os Estados Unidos, todas as demais Nações Americanas e o pulo que os Estados Unidos deu na frente e se tornar hoje a principal potência do mundo, foi exatamente o seu componente humano. Foram pessoas exiladas praticamente políticos que vieram da Inglaterra no navio May Flowers, para fundarem as 13a. colônias. Perseguidos religiosos, que por idealismo, saíram de suas próprias terras e se aventuraram a uma vida nova, enquanto que no Brasil, a colonização foi iniciada com degredados.

Então, se nós traçarmos este paralelo diferencial entre a qualidade de população ou seja, daqueles exilados que estão vindo para o Brasil hoje, voluntariamente exilados, homens com formação, com ideologia, com consciência. Um grande contingente deles acaba ficando aqui e é dessa gente exatamente, que o Brasil precisa, para melhorar o seu estágio cultural, para dar um pulo nesse presente que é tão difícil de ser vencido.

Não há empecilho nenhum para a Nação, para o Brasil, em receber homens que venham com atuação política pelo contrário, a nossa história, é uma história formada de estrangeiros e a adesão de novos estrangeiros com formação política, com ideologias diversas, vai fazer com que nós tenhamos acelerado a formação do homem brasileiro.

Então, essa é a argumentação que o Governo tem dito e se procura inculcar de que os estrangeiros que vêm para cá vêm tumultuar a vida nacional. Pelo contrário, os estrangeiros que vêm para cá vêm dinamizar muita coisa.

É só observarmos os estrangeiros que têm uma indústria de iniciativa privada, e até em órgãos do Governo, para vermos que eles na realidade se mostram, por virem de um outro estágio cultural muito mais eficazes e muito mais eficientes e muito mais produtivos do que o nosso próprio componente brasileiro.

Isto é uma realidade, é desconhecer a realidade gritante.

O nosso indígena vive com a sua civilização. É necessário que nós preservemos, mas até fazer com que ele se integre, até fazer com que o nosso caboclo adquira esse estágio cultural nós teremos que esperar centenas de anos. Então se este Governo diz que tem pressa, que o Brasil não pode esperar, nós devemos receber os estrangeiros porque eles vêm altamente capacitados a nos auxiliarem aqui.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS – Este é, nobre Deputado, o aspecto que o Governo talvez não tenha avaliado porque estava imbuído realmente em fechar o cerco das ditaduras no Cone-Sul. No entanto, para encerrar, Sr. Presidente, gostaria apenas de dizer que tome cuidado, apenas, porque um homem acuado, quando se fecha o cerco demais pode ter reações surpreendentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – No horário reservado à liderança do PMDB, concedo a palavra ao nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI – Terrorismo é sinônimo de anarquia e desordem. (Lê):

“O combate ao terrorismo tem sido característica de todos os povos cultos e civilizados.

A busca da liberdade humana é incompatível com o terror, seja de esquerda ou de direita.

O homem caminha para a felicidade construindo e o terror só deixa destruição, dor, morte e infelicidade.

Ainda ontem, na Itália, uma manifestação de mais de cem mil pessoas, repudiava o bestial ato terrorista contra os passageiros de segunda classe da estação ferroviária de Bolonha, cujo trágico saldo, enlutou perto de uma centena de famílias.

A que levam tais destruições?

Será que o trauma histórico que hoje convulsiona a Itália, diariamente sacudida por atentados, tem contribuído para uma vida feliz, para uma Itália serena, tranqüila e pacífica, tão almejada pelo seu povo?

No Brasil, muita gente ainda não se conscientizou de que o País corre célere para o mesmo caminho. Aqui, o Governo que se instalou em 1964, preocupou-se apenas com o terror de extrema esquerda, desbaratado quando se fez notar nos assaltos a bancos e seqüestros para troca de prisioneiros. Esse aparelho repressivo que se destacou como eficiente e pressuroso em esmagar a extrema esquerda, ainda não desmobilizado, parece não tomar conhecimento da ação violenta e subversiva das forças reacionárias de direita, que parecem provocar os radicais de esquerda, ante a adesão dos mesmos aos meios convencionais de Oposição.

Vivemos um quadro assustador, eis que, se de um lado os radicalismos de esquerdas abandonaram a luta armada e as ações de terror, já a extrema direita, contando com a omissão governamental, tem se esmerado em permanente atividade terrorista, pelo endereçamento de cartas e telefonemas ameaçadores por parte do CCC, já até popularmente conhecido, quer pelo seqüestro de pessoas para interrogatórios, torturas e intimidações, quer pelas bombas explosivas instaladas em sedes de instituições, redações de jornais, automóveis, escritórios e, ultimamente, contra indefesas bancas de jornais.

Os mais prejudicados no caso, estão sendo os proprietários dessas bancas e, em extensão tão grande que, em uma única edição do jornal “Gazeta do Povo”, anunciou-se a venda de cinco desses estabelecimentos.

Evidenciam estes números que a propriedade e a livre iniciativa estão sendo também vítimas do terror.

Por tais razões, impõe-se à sociedade civil, o grito de alerta.

Só o protesto enérgico do povo para mexer com o comodismo do Governo, poderá sustar a escalada crescente da direita, que hoje, notoriamente, atua para provocar radicalismos de esquerda e estabelecer o turbilhão incontrolável do caos terrorista, onde mais uma vez, haveremos de retroceder na História.

Ninguém duvida, que, se hoje a direita queima bancas por vender jornais de esquerda, amanhã não sejam as bancas queimadas pelo fato de não vendê-los, mormente quando estas mesmas bancas estão liberadas para vender pornografia, jogo do bicho e, em alguns casos, até tóxicos.

Isto acontecendo, será a lógica da atividade humana. À toda ação, corresponde uma igual e contrária.

Mas a História haverá de cobrar dos atuais responsáveis pela Nação, porque, diante do terror destruidor se omitiram e com a omissão se tornaram coniventes.

O compromisso do Governo em combater o terrorismo não pode ficar simplesmente na palavra do Ministro da Justiça, mas estereotipar-se em atos concretos e ações conseqüentes que levam a imediata e efetiva descoberta dos subversivos que seqüestram, queimam e ameaçam acintosamente o projeto de abertura política, bandeira democrática que o oficialismo desfralda sem cessar.

Os que, por medo ou mera omissão se calaram agora, terão no futuro, talvez que repetir as palavras do poeta, quando disse:

Na primeira noite eles se aproximam e colhem uma flor de nosso jardim e não dizemos nada.

Na segunda noite, já não se escondem:

pisam as flores, matam nosso cão, e não dizemos nada.

Até que um dia o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a lua e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta.

E porque não dissemos nada, já não podemos dizer nada".

Os mais prejudicados no caso, estão sendo os proprietários dessas bancas, como amanhã poderão ser os proprietários de colégios, de cinemas, de lojas, etc.

E note-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que em uma única edição o jornal "A Gazeta do Povo" publicou nada mais nada menos, do que cinco anúncios de venda de banca de jornal. Para vermos a extensão do que representa este tipo de ação terrorista.

Evidenciam estes números, que a propriedade e a livre iniciativa estão sendo mais vítimas do terror.

Por tais razões, impõe-se à sociedade civil o grito de alerta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Fiori Luiz - Vossa Excelência permite um aparte? -
(Assentimento).

Parabéns, nobre Deputado Nilso Sguarezi, porque é preciso realmente falar com relação a esses atentados, porque, se esses donos de banca, se a classe política não reagir, amanhã esses "tefepistas" estarão invadindo este Parlamento, invadindo os templos e nossas casas. Porque é evidente que esses atentados praticados por grupos para-militares de extrema direita, têm a finalidade precípua de tumultuar o processo de abertura política, criando desta forma um clima propício para um golpe de direita fascista.

Os atentados ocorridos em Belo Horizonte, São Paulo, Rio e Londrina, principalmente contra proprietários de bancas, demonstram que o esquadrão para-militar atua não no ciclo pré-determinado, coincidentemente na área do 1.º Exército, 2.º Exército.

Aí caracteriza-se a operação cristal.

O anonimato é um recurso condenável; os extremistas, na calada da noite semeiam pânico e intranquilidade, enquanto as autoridades preferem silenciar sob um manto negro, da ditadura.

É preciso reagir, nobre Deputado.

É preciso que os donos de banca vendam a linha alternativa, os jornais que falam a verdade, porque amanhã serão as revistas; depois de amanhã, aqui, este Parlamento que será invadido; mais para frente as igrejas.

É preciso realmente, botar um paradeiro nisto. O Governo sabe, reconhece e sabe a que vêm e de onde vêm esses grupos para militares de direita.

Mas, o Governo, está de braços cruzados porque ele quer criar o clima para tentar dar uma nova volta na política brasileira.

Mas, podem crer, se isso acontecer, vão ganhar, mas não vão levar.

O SR. NILSO SGUAREZI - Muito obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Augusto Carneiro - Vossa Excelência permite um aparte?
(Assentimento)

Também gostaria, nobre Deputado, de me parabenizar com Vossa Excelência, quando faz um alerta contra esses atentados e, na verdade, todos nós homens de bom-senso, não poderemos nunca concordar com atentados armados, sejam eles de direita ou de esquerda, ou de centro ou de qualquer natureza.

Porque o atentado armado só traz balbúrdia e transtornos à tranquilidade e à vida do povo. Por isso, devem ser rejeitados, principalmente pelos homens políticos; devem ser rejeitados à toda prova, os atentados armados, sejam eles da origem que for.

Quero dizer também que, se for provada a origem desses atentados, não só a Oposição, mas nós, homens de Governo, temos a obrigação também de cobrar as medidas cabíveis aos responsáveis por esses atentados, porque a nós compete e sempre deve competir, o zelo e a paz do nosso povo. Era só.

Obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI - Muito obrigado, nobre Deputado.

Gostaria de inserir um aspecto do editorial do jornal "A Folha de São Paulo" que, falando sobre o assunto, assim diz: "Senhores, antes que os charuteiros sejam "proibidos" de vender cigarros da Sudan, por ameaças de bombas, ou os donos de bares "parem" de vender o Guaraná da Antártica, por temerem incêndios nos botecos, creio que deveríamos fazer uma campanha bem mais intensa do que a que vem sendo feita sobre as bancas de jornais. "Julgo que o nazismo só consegue prosperar (vencer, vá lá) onde as pessoas vivem de joelhos, caladas, inermes.

Há que se fazer algo, e agora mesmo, para deter a escalada terrorista dos que vêm ameaçando os jornaleiros, antes que não se possa ir ao cinema para se ver senão os filmes que eles queiram; ou aos teatros para se assistir as peças que eles permitem.

Em suma: antes que seja tarde demais, por favor, comecem agora, já.

Mas para encerrar, Sr. Presidente, é necessário que fique consignado, neste pronunciamento, o seguinte: "Os poderosos da direita sabem onde estão seus terroristas, conhecem-lhes a silhueta de rancores e de ofícios. Os notáveis da esquerda também sabem de onde podem sair seus terroristas. Por enquanto, são muitos os que trabalham para contê-los. Mas infelizmente, são poucos os dispostos a denunciá-los, inibidos, sobretudo por uma visível simpatia do aparelho de repressão policial aos terroristas de direita.

A medida que o tempo passa, os dois polos da ferradura se aproximam. Quando se encontrarem, haverá um violento curto-circuito na rede do processo de abertura. Esse curto só não iluminará uma ditadura se, desde já, todos aqueles que não têm nada a ver com a maluquice se organizarem numa frente política de plataforma elementar: a luta contra o terror, em defesa das eleições de 82, das regras do jogo eleitoral e da posse aos eleitos."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No horário reservado ao PTB a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, vou falar, reportando-me à "Veja", n.º 621: "Os burocratas não podem ganhar mais do que o Presidente. Guerra aos supersalários."

Dediquei-me a apresentar um Requerimento de congratulações a Sua Excelência, o Sr. Presidente da República pelo motivo que ele quer instituir, no País, que ninguém poderá ganhar mais que ele.

Abaixo do aviso de crédito de Sua Excelência diz:

"O Brasil comovido agradece ao Papa as bênçãos de Paz e Amor".

E peço a Deus que ilumine Sua Excelência, o Sr. Presidente da República, que ele tenha o pulso necessário para impor, neste País, o que ele está pensando e que a "Veja" publicou.

Então, nosso requerimento diz o seguinte:

(Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de MANIFESTAÇÃO DE APOIO ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO, pelas recentes medidas adotadas em relação aos elevadíssimos salários dos burocratas ligados às empresas públicas.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1.980

a) Domício Scaramella.

JUSTIFICATIVA:

O Brasil apresenta um dos maiores desníveis salariais do mundo, chegando a se verificar, uma diferença de, em alguns casos, superior a cem vezes o que configura uma das maiores injustiças sociais até hoje conhecidas.

Uma ampla reportagem publicada pela "REVISTA VEJA", edição n.º 621, de 30 de julho próximo passado, traz a público uma grande relação de superburocratas, bem como seus elevadíssimos salários, num total desrespeito ao povo brasileiro que vê, periodicamente, seus parcos rendimentos serem onerados pela instituição de novas taxas de serviços pelas empresas públicas, aumentando a angústia do trabalhador comum, para em grande parte saciar a voracidade, destes superburocratas em ganharem cada vez mais, enquanto esse trabalhador comum que faz o progresso da Nação com suor, sangue e lágrimas é obrigado a "apertar o cinto" a todo o dia que diante de uma inflação crescente corre e delapida seus miseráveis salários.

Excelente a medida adotada pelo Presidente, pondo fim em tamanha disparidade, congelando os salários de milhares de burocratas ao nível do Presidente da República, iniciativa corretiva e justa, porquanto entendemos que se deva levar em conta a necessidade de melhorar o salário do trabalhador comum, de modo geral a um nível em que a diferença do maior para o menor salário não seja superior a 30 vezes, aumentando o poder aquisitivo do pequeno, proporcionando-lhe condições condignas ao ser humano a viver, pelo menos com o mínimo indispensável, com direito à moradia, alimentação, educação e saúde.

Sabemos que um povo bem alimentado é um povo sadio, e um povo sadio tem capacidade de desenvolver qualquer trabalho com alta produtividade, gerando progresso e desenvolvimento com paz e tranquilidade.

Encarecemos ainda para que o Sr. Presidente recomende aos Governadores Estaduais para que adotem idênticas

medidas como complementação em todo o território brasileiro, na adoção de uma política salarial compatível com a realidade brasileira fundamentada na justiça social extensiva a todos os brasileiros.

Pode parecer aos nobres Deputados da Oposição uma aberração o "Scaramella" elogiar o Presidente da República. Mas, acho que é um ato justo de Sua Excelência, que ele coloque um paradeiro nessas malditas mordomias. E quero, aqui, me congratular com o ilustre Deputado João Mansur quando falou, há pouco, em terminar com essas mordomias.

E quero trazer o meu apoio, ilustre Deputado João Mansur, que conte com o nosso modesto apoio, Deputado, para que tragamos algum subsídio nesta Casa, para levarmos às autoridades federais, a fim de ser posto um paradeiro nestes juro absurdos, nas mordomias, nos gastos até das Casas Legislativas, se possível, reduzir suas despesas, Vossa Excelência conta comigo Deputado João Mansur, como esta Casa também, conta com o nosso modesto apoio.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Domício Scaramella, gostaríamos imensamente de compartilhar com as esperanças de Vossa Excelência, de que, o ilustre Presidente da República consiga realmente acabar com as mordomias. Infelizmente isto não me é possível, porque há 4 anos atrás também aprovamos nesta Casa um voto de louvor ao Presidente Geisel — o todo-carrancudo Presidente de então — que estava se propondo também a acabar com as mordomias. E é nesta mesma revista que se diz, aliás, é em O ESTADO DE SÃO PAULO que se diz e se vê claramente: "O homem que institucionalizou, que legalizou a imoralidade das mordomias, nada mais, nada menos que, o Sr. Ernesto Geisel".

Aliás, muito antes de ser Presidente da República como muito bem diz O ESTADO DE SÃO PAULO, já gozava das regalias das mordomias, sem ser, ainda, Presidente. Infelizmente — vamos apoiar esse requerimento — mas infelizmente não acreditamos que, o Presidente da República tenha condições, porque ele não tem o aval do povo. O povo não pode fiscalizar. Vamos começar pela nossa casa, porque nós não mandamos nossas contas para o Tribunal de Contas? Nós não mandamos para o Tribunal de Contas, para não revelar o que tem aqui dentro, em compensação, nós não revelamos o que tem lá dentro e nós todos temos essas mordomias. Então, há que se dizer o seguinte: regime político sem fiscalização do povo, vai ter sempre mordomias e mais, Srs. Deputados, é o momento e eu declarei hoje ao "Estado de São Paulo" e disse e repito agora o seguinte: isso não é terrorismo, sabe como resolveremos as mordomias? No momento em que o povo fizer o que fizeram há três anos atrás com o carro da Liderança de um Partido desta Casa, que estava estacionado em frente a um cinema desta Capital, alguns populares o rodearam e o Deputado que estava usando este carro, teve de sair e deixar o carro estacionado em frente ao cinema e só mandá-lo buscar no dia seguinte.

O povo do Paraná tem o direito, e o povo brasileiro também, de apedrejar quando ver os carros do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça, a conduzirem madames para baixo e para cima, e aí acabará a mordomia.

É o momento de vaías malufianas atingirem aqueles que usam mau o dinheiro público, só assim teremos realmente o fim das mordomias, senão, nós apoiaremos o seu requerimento. Mas, governo feito sem o aval do povo, não quer fiscalização. Não adianta limitar o ordenado do empresário brasileiro, se não temos coragem de limitar a remessa de lucros para o estrangeiro. De que adianta limitarmos o máximo salário em relação ao Presidente da República, se lá nos Estados Unidos ou na Europa aqueles que empregaram seus capitais aqui e que não pagam imposto de renda, recebem seus lucros tirados do sacrifício do

povo brasileiro, sem sequer pagar imposto de renda?

Nós iremos ganhar até o que o Presidente da República ganha, mas lá no exterior, aqueles que aplicaram aqui seus capitais, por não existir uma lei de remessa de lucros condizentes com as necessidades brasileiras, esses irão ganhar muito mais, como aliás, já estão ganhando.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Deputado Deni Schwartz, como sempre, acatamos o pensamento de Vossa Excelência, e tem uma porção de razão, não tem dúvida nenhuma agora, acho que não devemos dar tudo por perdido neste País. Devemos acreditar em alguém.

Se Sua Excelência o Sr. Presidente da República, embora não seja eleito pelo povo, Presidente nomeado contra o nosso pensamento, contra o que estamos pregando neste País, mas vamos respeitar Sua Excelência e vamos acreditar que ainda possa ter algum brasileiro igual ao Getúlio Vargas, igual foi o próprio João Goulart, que teve que morrer no exílio porque queria que não fosse remetido os lucros, a remessa de lucro estrangeiro foi o motivo de João Goulart ser deposto, Getúlio Vargas morreu por causa disso, teve que se suicidar por causa disso.

Mas, não vamos resolver isso a prazo, como queremos. Precisamos aguardar as eleições para Governador, se Deus quiser para Presidente da República, e estou com Vossa Excelência quando diz que o povo é que tem que participar. Mas, se sua Excelência o Sr. Presidente da República e eu sou da Oposição, vai aqui minha convenção, estou falando em meu nome e não em nome do meu partido, que é o PTB, temos que acreditar em Sua Excelência se o Presidente da República está dizendo isso, e é preciso que nós ainda estimulemos, para acabar com essa maldita mordomia em toda a parte desse País, não só na esfera estadual, como na federal.

Então, é um dos motivos de eu apresentar esse requerimento, da minha responsabilidade; estou com Vossa Excelência em muitos dos seus pensamentos, sei que Vossa Excelência, em seus apartes, são apartes sempre pensados e que nós devemos respeitar, mas eu apresento este requerimento e peço o apoio dos nobres Deputados. Vamos apoiar, e apoiar, o ex-Presidente Geisel também propôs isso mas não teve condições.

Com a visita do Papa aqui neste País, pode ser que nos traga um nacionalismo, pode ser que a maioria dos brasileiros criem vergonha, e que não tenham que importar do exterior a vergonha, para que todos os cargos que eles ocupam, sejam ocupados com dignidade, que sejam contra a corrupção, que procurem trazer aquilo que o povo espera alguma coisa que não pode mais este País continuar assim.

E, um voto ao Deputado João Mansur. Deputado João Mansur está pedindo a nós para colaborar e organizar um subsídio, organizar um programa e levar às autoridades. Vamos nos unir para ver se ao menos o Paraná, com a vontade de 58 Srs. Deputados, poderá trazer alguma coisa de benefício para este País, é isso que quero dizer. Não estou me entregando a Sua Excelência o Presidente da República, e não estou me entregando ao regime de maneira nenhuma.

Eu sou PTB.

O Sr. Deni Schwartz — E não insinuamos isso. Conhecemos o vosso passado, aliás Vossa Excelência é nosso professor, e respeitamos esse passado e não insinuamos, absolutamente. Queremos deixar bem claro que Vossa Excelência esteja se entregando. Eu mesmo já fiz requerimentos de apoio ao sistema, ao Governo que aí está e ao Governo passado, e reconheço que há méritos apenas, sou um pessimista em relação dos efeitos, não do requerimento, mas dos efeitos das declarações do Sr. Presidente.

O Sr. Fiori Luiz — Permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Agradeço de novo, nobre Deputado, e acho que nós, dando um voto de confiança a Sua Excelência o Sr. Presidente da República, de uma Assem-

bléia Legislativa composta por diversas bancadas, estamos ajudando a ele e pedindo a Deus que ilumine, porque sabemos que é árdua a tarefa dele, porque essas mordomias, onde há uma maioria que ganha muito mais que o Presidente da República, que um funcionário da Caixa Econômica ganha 320 mil cruzeiros por mês, que gerentes do Banco do Brasil ganham mais que o Presidente da República, porque cobram o juro de 36 por cento do agricultor, do pecuarista, aquilo que quando foi derrubado o Presidente João Goulart, nós pagávamos seis por cento para o empréstimo da pecuária e da agricultura, e que hoje pagamos trinta e seis por cento.

Então, é isso que está aí.

E eu digo para os senhores, sem medo de errar, que o Governo João Goulart podem jogar pedras como quiserem, podem taxar de comunista, mas era um Governo honesto e que olhava para as classes menos favorecidas pela sorte, e eu digo aqui isso, sem medo de errar.

Eu pagava juros a seis por cento, empréstimo pecuário em 1964; hoje, se eu quiser tirar dinheiro do Banco do Brasil, que eu também tenho financiamento, pago 36 por cento. A arroba do gado hoje está a 900 cruzeiros e o ano que vem, vai estar a 2.000 cruzeiros. Então, vamos colaborar com o Deputado João Mansur e vamos fazer um trabalho de subsídio.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência me permite um aparte? (TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna que Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Concedo com prazer, um apartezinho rápido ao Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Pela sua experiência, nobre Deputado, pelo que o Sr. representa para o Parlamento do Paraná, eu vou apoiar. Agora, esperar que o Presidente da República se sensibilize por problemas do povo, ou que busque realmente nivelar, pelo menos nivelar em termos salariais, eu não acredito. O Governo perdeu completamente a credibilidade. Depois do tiro na cuca, depois do prende e arrebenta, é mais uma peça melodramática do nosso Presidente de plantão que está lá em Brasília.

Não vai resolver nada, não dá para acreditar nessa gente mais. Eles fariam um grande favor se largassem o Governo, programassem eleições diretas. Já está provado que as forças armadas não têm condições de exercer o Executivo, de administrar. É hora de dizerem, desculpe e aqui está o País para eleições abertas, diretas, francas, claras. Não dá para acreditar.

E eu resumo isso numa reunião que tivemos no Parque das Indústrias, em Londrina, numa reunião com o povo pobre e simples, e um moço pobre e simples, da favela, pedia a palavra, sem nenhum dia de estudo mas com uma sabedoria popular que nos ensinou muita coisa e dizia: eu estou preocupado com o pobre, Seu Fiori, mas estou preocupado com o rico também. Porque a continuar esta situação, amanhã o pobre vai roubar e eu quero ver aonde é que o rico vai esconder o dinheiro. E o pior: para roubar, o pobre vai acabar matando o rico. E daí a minha preocupação, não só pelo pobre mas também pela vida do rico.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Eu agradeço o aparte do ilustre Deputado, respeito o seu pensamento mas ainda torno a dizer: vamos pedir a Deus que Sua Excelência o Presidente da República acerte. Porque contra a nossa vontade, ou com a nossa vontade ele é o atual Presidente da República.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a liderança do PDS, se deseja fazer uso do seu

horário. (Declina)

A Mesa consulta a liderança do Partido Popular. (Declina)
O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 41/80, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de Utilidade Pública a "Associação das Secretárias do Paraná — ASSEPAR", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 41/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS SECRETÁRIAS DO PARANÁ — ASSEPAR", com sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1.980

a) Airton Cordeiro.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, tem funcionado com regularidade desde a sua fundação, obedecendo, integralmente, as disposições contidas na legislação vigente, e especialmente, cumpre todo o contido na Lei n. 6994 de 12/01/78, o que por si só, autoriza a medida ora pretendida.

Dos seus Estatutos, que acompanham o presente plano de Lei, pode-se notar que a mesma possui personalidade jurídica, definida, com registro há mais de um ano.

Percebe-se, também, que a Associação das Secretárias do Paraná, não remunera sua Diretoria sob qualquer forma ou pretexto, completando, assim, as exigências legais.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao PROJETO DE LEI N.º 41/80

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado AIRTON CORDEIRO, tem por objetivo declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SECRETÁRIAS DO PARANÁ — ASSEPAR, com sede e foro nesta capital.

Foram anexados diversos documentos, entre os quais cópia e registro de seus Estatutos, dando conta de que a referida entidade vem funcionando há mais de um ano, sem fins lucrativos e com objetivos de ordem cultural e social.

Visando promover a valorização e a defesa da profissão de Secretária, a sua diretoria não percebe remuneração.

Assim, dada a inexistência de qualquer obstáculo de ordem legal ou, constitucional, opinamos FAVORAVELMENTE A APROVAÇÃO DO PROJETO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1.980.

a) Augusto Carneiro, Presidente;

Fidelcino Tolentino, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 44/80, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de Utilidade Pública a "Associação Paranaense de Idosos", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 44/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE IDOSOS", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1.980

a) Airton Cordeiro.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação Federal, Estadual e pertinentes à matéria, e tem por objetivo proporcionar aos seus associados atividades sociais, culturais, educacionais, recreativas, de lazer e outras. Para cumprir suas finalidades filantrópicas, a A.P.I. dentro de suas possibilidades, poderá promover atividades que correspondem aos interesses e necessidades da comunidade.

Por esta razão, submetemos o presente plano de Lei à consideração dos senhores Deputados, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao PROJETO DE LEI N.º 44/80

O Projeto de Lei em pauta, de autoria do nobre Deputado Airton Cordeiro, vem devidamente articulado, atendendo aos dispositivos regimentais concernentes.

A entidade que se propõe declarar de utilidade pública, preenche os requisitos estabelecidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1.978, que estabelece normas para tal.

Não havendo qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional que se possa opor, somos pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1.980

a) Augusto Carneiro, Presidente;

Paulo Camargo, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 9/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 2/78), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Medianeira, objetivando reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual "João Manoel Mondrone", da sede daquele Município. Parecer FAVORÁVEL da C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 28/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 2/78), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Adrianópolis, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Dr. Sadok de Sá, localizado naquela comuna. Parecer FAVORÁVEL da C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 39/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,

(Mens. Govern. n.º 28/80), que aprova os Termos do Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT, que objetiva a elaboração do Programa Integral para o Corredor de Exportação. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Silvestre Grochoski, ocorrido na cidade de Campo Largo. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pi-telli, constante do expediente, solicitando Voto de Pesar pelo lamentável acidente ocorrido com um caminhão de trabalhadores rurais, na cidade de Bela Vista do Paraíso. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Chak, ocorrido na cidade de Toledo. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando Voto de Pesar pelo falecimento do ex-vereador Sr. Izaltino Bonacin, ocorrido na cidade de Andirá. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Guilherme Lacerda Braga. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei n.º 90/80, por não ter o mesmo mais objetivo. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 45, 47 e 48/80. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 49/80. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Deputado Samir Achoa (PMDB-SP), contendo voto de apoio e congratulações pelo projeto de lei que disciplina a convocação de escolares para comparecimento a solenidades públicas. **Aprovado.**

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Pela ordem) Sr. Presidente requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Deferido. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa)

23 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há quorum para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários do Estado do Paraná, pelo transcurso do "Jubileu de Prata" de sua fundação. — Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ailton Cor-

deiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso à Associação de Câmaras Municipais do Paraná, pela realização em Curitiba, do Congresso de Vereador do Paraná. — Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba, pelo transcurso do 37.º aniversário de sua fundação. — Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Adia-se para a próxima sessão a discussão do requerimento acima citado, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine a conclusão e respectiva pavimentação asfáltica do acesso da BR-277 — Porto Amazonas. — **Aprovado.**

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferiu. Solicito do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados) (Pausa)

Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 7, quinta-feira, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 41/80 e 44/80, e dos Projetos de Resolução n.ºs 9/78, 28/78 e 39/80.

Marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 8, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 55/80 e 56/80. Levanta-se a sessão.

ATOS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

9.ª LEGISLATURA - 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta, sob a Presidência do Sr. Deputado José Tavares, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, na sala de Reuniões das Comissões. Às dezessete e trinta horas o Sr. Presidente constatou ainda as presenças dos Srs. Deputados José Domingos, Nilso Squarezi, Mário Celso, Tadeu Lúcio Machado e Antonio Facci. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião destinada a ouvir os depoimentos dos médicos Mauro Goulart, Alcir Cornelsen e José Galbinsky, sobre acontecimentos havidos no Hospital da Polícia Militar do Estado do Paraná. Inicialmente usou da palavra o Doutor Mauro Goulart o qual discorreu livremente sobre a sua atuação naquele nosocômio e, ao final, respondeu questões formuladas pelos Srs. Parlamentares. A seguir, o Doutor Alcir Cornelsen procedeu suscinto relato da sua atuação naquele hospital e respondeu a diversas questões levantadas pelos Srs. Depu-

tados. Prosseguindo, o Doutor José Galbinsky, prestou declarações a respeito dos fatos apontados junto ao Hospital, de onde se encontra licenciado das funções de Diretor de Saúde e reportou-se às perguntas formuladas pelos Srs. Deputados, prolongando-se os trabalhos até as vinte e uma horas, quando, diante da inexistência de novas indagações, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, João Alberti Andretta, Secretário da Comissão e, após lida e achada conforme, vai assinada pelo Sr. Presidente e demais Membros, para que produza os efeitos legais.

JOSÉ TAVARES
Presidente

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
9.^a LEGISLATURA – 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3.^a REUNIÃO

Aos treze dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta, às nove horas e quinze minutos, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, na Sala de Reuniões das Comissões. Presença dos Srs. Deputados José Tavares, José Domingos, Mário Celso, Nilso Sguarezzi e Fiori Luiz. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado José Tavares, declarou aberta a reunião destinada a ouvir os relatos de possíveis arbitrariedades perpetradas por integrantes da Polícia Militar do Estado e do Terceiro Distrito Policial, localizado nas Mercês, na residência localizada na Rua número 271, casa número vinte e oito, da Vila Santa Efigênia. Inicialmente prestou o seu depoimento dando a sua versão dos fatos o proprietário, Sr. Roberto Basso, pai do Sr. Jefferson Alceu Garibaldi Basso. Na ocasião relatou que os policiais militares e civis no afã de prenderem o Sr. Jefferson, na madrugada do dia onze do mês de junho corrente lançaram mão de diversos expedientes impróprios como é o caso de lançamento de bomba de gás lacrimogênio para o interior de sua casa após terem cortado os fios telefônicos e quebrado vidros. Terminada a exposição preliminar do Roberto Basso, o Sr. Presidente, Deputado José Tavares, deixou livre a palavra para as questões formuladas pelos Srs. Deputados, as quais foram respondidas pelo depoente. A seguir, procedeu-se ao depoimento do Sr. Raulino Buzarelo, residente na Rua número duzentos e setenta e um, casa número dezesseis, na mesma Vila Santa Efigênia, e vizinho do Sr. Roberto Basso, sendo que ao final procedeu ao esclarecimento de diversos quesitos formulados pelos Srs. Deputados. Na sequência, convidado pelo Sr. Presidente, prestou a sua versão dos fatos o Sr. Jefferson Alceu Garibaldi de Souza, o qual disse ser vítima dos fatos e disse ter sido espancado pelos policiais os quais queriam que confessasse ter detonado alguns tiros em entrevero com outras pessoas, bem assim, que confessasse o local em que escondeu a arma. Relatou ter sido preso sem o competente instrumento legal e que sofreu diversas violências para que confessasse a autoria dos disparos de arma de fogo, de cujas acusações disse ser inocente. Na sequência, respondeu a várias perguntas formuladas pelos Srs. Deputados. Uma vez que nenhum Sr. Deputado tivesse outras questões a serem formuladas foi solicitada a presença na Sala da Sra. Vera Lúcia de Meira, moradora da Casa trinta e três, da Rua número duzentos e setenta e três, a qual narrou desde as pri-

meiras ações dos policiais até o fato de ter o terreno da sua residência invadido por um número muito grande de policiais. Disse ainda que a sua filha que conta tão somente com quarenta e cinco dias de idade vem sofrendo distúrbios provocados pela ação policial, principalmente no que se relaciona a efeitos de gás lacrimogênio, afetando-lhe os olhos. Uma vez procedido o seu relato, respondeu a diversas questões de ordem formuladas pelos Srs. Parlamentares presentes. Ao final, indicou o Sr. Jaci Evaristo do Pilar, residente na Rua número duzentos e setenta e três, casa número trinta e três, como conhecedor dos fatos e impossibilitado de comparecer nesta data por motivo de trabalho. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra e, como ninguém quizesse fazer uso, declarou encerrada a reunião, mencionando que proximamente será realizada reunião destinada a ouvir, como convidados os policiais militares e os integrantes do Terceiro Distrito Policial envolvidos nos acontecimentos. Da reunião foi lavrada a presente Ata, a qual, após lida e achada conforme vai assinada pelos integrantes da Comissão.

JOSÉ TAVARES
Presidente

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
1.^a SESSÃO LEGISLATIVA – 9.^a LEGISLATURA

Às dezessete horas do dia dezoito de junho de um mil novecentos e oitenta, na sala de Reuniões, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados membros da Comissão: Nelson Friedrich, Ezequias Losso, José Domingos e Paulo Camargo. Registraram-se ainda, a presença dos suplentes: Gilberto Carvalho e João Elísio e mais os seguintes senhores deputados: Nelson Buffara, Lineu Turra, Fidelcino Tolentino, Waldir Pugliesi, Darcy Deitos, Rubens Valduga, José Tavares e Romero Filho. Face à existência de "quorum" o Sr. Presidente da Comissão declara abertos os trabalhos da reunião, dizendo que o objetivo da mesma é ouvir o depoimento do Sr. Ernesto Valente Gubert, Presidente da Empresa Paranaense de Turismo – Paranatur, sobre o projeto de empresa privada, que visa explorar o potencial turístico da ilha do Mel. Em seguida, concede a palavra ao Sr. Diretor Presidente da Paranatur. O Sr. Ernesto Valente Gubert, com a palavra estoria fatos que precederam à apresentação do plano da Imobitec para a integração turística da Ilha do Mel, dizendo que o parecer técnico da Paranatur foi favorável ao sobredito grupo proponente porque o projeto estava dentro dos parâmetros previstos, com relação à ecologia, meio ambiente e aproveitamento turístico. No decorrer dos debates que se seguiram e a propósito de indagação do Sr. Presidente, o Sr. Gubert assevera que o parecer técnico foi anterior ao pedido de aforamento e que se a Paranatur dele tivesse conhecimento não teria emitido o parecer. O Sr. Rubens Meinster, Vice-Presidente da Associação de Defesa e Educação Ambiental, com a palavra, aduz considerações em torno do plano inicial, apresentado em 1.972, para a ocupação da Ilha do Mel, afirmando que, em virtude de ser impossível a preservação total da Ilha, face à sua extensão, à presença de habitantes e a outros fatores que aponta, foi levado a reformular posições, apresentando, em fevereiro deste ano, proposta menos radical. O novo plano consta de vários itens, onde estão previstas

áreas, tais como: de lazer, histórica, erma primitiva, habitacional, recreativa, etc, com o objetivo primordial de preservar as características naturais e assegurar a sobrevivência das espécies e vegetação. A proposta do engenheiro Rubens Meinster prevê também o acesso e tráfego na Ilha. Assinala, ainda, o Vice-Presidente da ADEA que o ponto de partida para qualquer plano de integração turística deverá ser o inventário completo da Ilha, sob o aspecto ecológico, como condição "sine qua non" para a obtenção de um caminho a seguir e para o estabelecimento da respectiva legislação. Em seguida, o Sr. Presidente concede a palavra a Sra. Maria Luísa Mekle, secretária da Associação de Defesa e Educação Ambiental, que pondera a necessidade de ser ensinado à juventude o amor e respeito à natureza. O Sr. Lapastina Filho, arquiteto da Fundação Pró-Memória, da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, comenta legislação referente à edificação na Ilha. Após afirmar que a fortaleza, que lá está localizada, está tombada pelo Patrimônio Histórico, diz que a modificação do paisagismo que a abrange, no caso específico do projeto em questão, com a construção do hotel, deverá obedecer ao veredicto de consulta prévia àquele órgão federal. O Sr. Paulo Roberto Drabik, da ADEA, resalta aspectos com relação à fauna e flora daquela reserva ecológica, afirmando que entre as sessenta e sete espécies de aves que habitam a Ilha, existe uma considerada extinta, o que dá àquela paragem característica de selvagem. O Sr. Deputado Nelson Buffara adverte da necessidade de ser, assuntos como este em pauta, analisados com mais cautela, ponderando que a Paranatur, com seu parecer, está abrindo um perigoso precedente para a investida de especuladores imobiliários. Traz ainda ao conhecimento da Comissão o pensamento do atual Capitão dos Portos de Paranaguá, que é contrário à aprovação do Projeto Imobitec. O Sr. Deputado Fidelcino Tolentino congratula-se com a Sra. Maria Luísa Merkler pela sábia colocação que fez, acrescentando que atitudes de depredação da natureza revelam, além da falta de educação, falta de patriotismo. Informa, outrossim, que chegou ao seu conhecimento fatos irregulares que se estão verificando no Parque Nacional do Iguaçu, relativos à depredação do mesmo. O Sr. Deputado João Elísio advoga o aproveitamento turístico da Ilha, apontando os motivos por que ela não pode permanecer como está. O Sr. Deputado Ezequias Losso manifesta-se favorável ao desenvolvimento turístico da Ilha, porém através do aproveitamento racional, feito de forma progressiva para evitar a debandada das espécies. Aborda, ainda, o problema da Ilha Superagui, que, conforme notícia, está sendo danificada. O Sr. Gilberto Carvalho, com a palavra, discorda da concessão a empresa privada. Crê, todavia, na necessidade de serem, através do Poder Público, ensejadas condições de acesso aos turistas, desde que protegidas a fauna e flora da ação devastadora. O Sr. Deputado Paulo Camargo declara-se favorável ao aproveitamento turístico da Ilha, observados os requisitos básicos para tanto. Diz que o Governo deveria articular-se com a União no sentido de ser criada e mantida pela Paranatur uma infra-estrutura capaz de proceder a esse aproveitamento. O Sr. Eduardo Felder, tesoureiro da ADEA, com a palavra, manifesta sua preocupação com a exploração turística da Ilha, dizendo da necessidade

de um controle do turismo, asseverando que o turismo consumista acarreta prejuízos irreversíveis. O Sr. Celso Figueiredo Freire, Diretor Administrativo da Paranatur, esclarece a posição da Empresa Paranaense de Turismo e sua preocupação em divulgar o turismo respeitando sempre a ecologia e o meio ambiente. Relativamente ao controle total do aproveitamento turístico da Ilha do Mel por parte dessa empresa, observa que dependeria de determinação do Governo do Estado. Ao finalizar os trabalhos o Sr. Deputado Nelson Friedrich, Presidente da Comissão, agradece pelo comparecimento dos Srs. Presidente e Diretor Administrativo da Paranatur, dos representantes da ADEA e demais pessoas presentes, colocando os préstimos da Comissão à disposição dos interessados e afirmando que o assunto não se esgotou, haja vista que novos argumentos poderão ser apontados e novas perspectivas poderão ser vislumbradas nesse momentoso problema que diz de perto a todos os paranaenses. Em seguida, em virtude de acordo prévio entre os membros da Comissão, designa nova reunião para a próxima quarta-feira, às nove e trinta horas, ocasião em que serão ouvidos os senhores Ágide Meneguete e César Furiatti, respectivamente Presidente e Diretor Administrativo da Associação dos Agrônomos do Paraná, acerca da política agrícola e uso de agroquímicos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente dá por encerrados os trabalhos da reunião. Para constar, lavro a presente ata, que após aprovada, será pelo Sr. Presidente e por mim, Myrthes Magda Gomes, Secretária, assinada e, em seguida, publicada para que produza os efeitos legais.

NELTON FRIEDRICH

Presidente

MYRTHES MAGDA GOMES

Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
2.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 9.ª LEGISLATURA
ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de junho de um mil novecentos e oitenta, às dezoito horas, na sala de Reuniões das Comissões, sob a presidência do Sr. Deputado Florisvaldo Palácios e com a presença dos Srs Deputados Romero Filho Vice-Presidente, José Domingos B. Teixeira, David Cheriegate, Cyro Martins, João Elísio e Fiori Luiz. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia. Tendo sido relatados os Projeto de Resolução n.º 9/78 — Autor Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 70/78 — Mensagem n.º 2/78 — Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MEDIANEIRA, objetivando reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual, "JOÃO MANOEL MONDRONE", da sede naquele município. Relator Deputado Fiori Luiz. Parecer FAVORÁVEL. Projeto de Resolução n.º 28/78 — ex-Proposição n.º 78/78 — Mensagem n.º 2/78 — Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ADRIANÓPOLIS,

objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Dr. Sadok de Sá, localizado naquela comuna. Relator Deputado Romero Filho. Parecer FAVORÁVEL. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Diva do Valle Cavalcanti, Secretária da Comissão.

aa) Deputado FLORISVALDO PALÁCIOS

Presidente
Diva do Valle Cavalcanti
Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
9.^a LEGISLATURA – 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 9.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de maio, do ano de hum mil novecentos e oitenta, na Sala de Reuniões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência

do Sr. Deputado Augusto Carneiro e presentes os Srs. Deputados membros desta Comissão e demais Srs. Deputados da Casa, conforme Resolução n.º 327/77. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu a reunião, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: **Proposição n.º 30/80**, do Poder Executivo. Mensagem n.º 28/80, dispondo sobre convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, como especifica. Relator Deputado Leônidas Chaves. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião. Lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Augusto Carneiro, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária desta Comissão.

aa) AUGUSTO CARNEIRO
Presidente
Rita S. Bertoli — Secretária